

A gênese neopositivista do axioma antimetafísico da filosofia da mente

The neopositivist genesis of the antimetaphysical axiom in philosophy of mind

La génesis neopositivista del axioma antimetafísico de la filosofía de la mente

Fabio Caprio Leite de Castro¹

Cristian Marques²

DOI: <https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.2025.v16.1247>

Resumo

A hipótese apresentada é a de que a filosofia da mente foi concebida no mesmo contexto de surgimento do Círculo de Viena, de modo que ela nasce e permanece até hoje marcada por um axioma antimetafísico subjacente, qual seja: é a ciência que responderá de modo definitivo ao problema da mente. Por mais antagônicos que tenham sido os posicionamentos adotados ao longo de décadas de discussão – teoria da identidade mente-cérebro, teoria da inexistência da mente, funcionalismo, interacionismo, monismo anômalo, naturalismo biológico, enativismo, eliminativismo, dualismo naturalista –, o debate em filosofia da mente se mostra condicionado por este axioma. Nos três primeiros pontos do artigo, propomos uma análise sobre como Schlick, Carnap e Feigl solidificaram a afirmação de que o problema da mente há de ser respondido estritamente pela ciência. Nosso objetivo com essa análise é mostrar que, por trás das suas perspectivas específicas sobre a teoria da identidade mente-cérebro, existe uma intenção (de reduzir o problema da mente à ciência), que lhes é comum. Não se trata de uma intenção suposta, por inferência ou outra estratégia de interpretação, mas de uma intenção afirmada de maneira explícita sob a forma de um axioma fundamental. No quarto ponto, através de exemplos selecionados, procuramos confirmar a hipótese formulada, mostrando como o axioma neopositivista se tornou uma espécie de verdade indeclinável para o que se denomina *philosophy of mind*.

Palavras-chave: Filosofia da mente. Neopositivismo. Antimetafísica. Identidade mente-cérebro.

¹Doutor em Filosofia (Université de Liège – Bélgica). Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5156-0492>. E-mail: fabio.castro@pucrs.br.

² Doutor em Filosofia (PUCRS). Pesquisador Associado (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7743-8356>. E-mail: cristian.marques@ufrgs.br.

Abstract

The hypothesis we present in the article is that philosophy of mind was conceived in the same context in which the Vienna Circle emerged, so that it was born and remains marked to this day by an underlying antimetaphysical axiom, namely: it is science that will respond definitively to the problem of mind. No matter how antagonistic the positions adopted over decades of discussion have been – theory of mind-brain identity, theory of the non-existence of the mind, functionalism, interactionism, anomalous monism, biological naturalism, enactivism, eliminativism, naturalistic dualism –, the debate in Philosophy of Mind is conditioned by this axiom. In the first three points of the article, we propose an analysis of how Schlick, Carnap and Feigl solidified the statement that the problem of the mind must be answered strictly by science. Our objective with this analysis is to show that, behind their specific perspectives on the theory of mind-brain identity, there is an intention (to reduce the problem of the mind to science), which is common to them. This is not a supposed intention, by inference or other interpretation strategy, but an intention explicitly stated in the form of a fundamental axiom. In the fourth point, through selected examples, we seek to confirm the formulated hypothesis, showing how the neopositivist axiom has become a kind of indeclinable truth for what we call philosophy of mind.

Keywords: Philosophy of mind. Neopositivism. Antimetaphysics. Mind-brain identity.

Resumen

La hipótesis presentada es que la filosofía de la mente fue concebida en el mismo contexto en el que surgió el Círculo de Viena, de modo que nació y permanece marcada hasta el día de hoy por un axioma antimetafísico subyacente, a saber: es la ciencia la que responderá definitivamente al problema de la mente. No importa cuán antagónicas hayan sido las posiciones adoptadas durante décadas de discusión (teoría de la identidad mente-cerebro, teoría de la inexistencia de la mente, funcionalismo, interaccionismo, monismo anómalo, naturalismo biológico, enactivismo, eliminativismo, dualismo naturalista), el debate en filosofía de la mente parece estar condicionado por este axioma. En los tres primeros puntos del artículo proponemos un análisis de cómo Schlick, Carnap y Feigl solidificaron la afirmación de que el problema de la mente debe ser respondido estrictamente por la ciencia. Nuestro objetivo con este análisis es mostrar que, detrás de sus perspectivas específicas sobre la teoría de la identidad mente-cerebro, hay una intención (reducir el problema de la mente a ciencia), que les es común. Ésta no es una supuesta intención, por inferencia u otra estrategia de interpretación, sino una intención expresada explícitamente en forma de un axioma fundamental. En el cuarto punto, a través de ejemplos seleccionados, buscamos confirmar la hipótesis formulada, mostrando cómo el axioma neopositivista se ha convertido en una especie de verdad indeclinable para lo que se llama *filosofía de la mente*.

Palabras Clave: Filosofía de la mente. Neopositivismo. Antimetafísica. Identidad mente-cerebro.

Introdução

No contexto do debate teórico da filosofia da mente (*philosophy of mind*), não é difícil perceber uma espécie de rejeição ao tradicional problema da relação *corpo-alma* em detrimento do problema da relação *mente-cérebro*. Embora o tom antimetafísico seja bastante explícito nas discussões em filosofia da mente, nem sempre ele é tematizado. Fala-se muito pouco do papel dos grandes mentores do positivismo lógico na consolidação de uma atmosfera intelectual favorável à filosofia da mente. Algumas exceções a esse cenário encontram-se no clássico *The self and its brain*, de Popper e Eccles (1985), ou, no contexto brasileiro, em *Mente, Cérebro & Cognição*, de João Fernandes Teixeira (2008), livros que chamam atenção, com diferentes ênfases, para o contexto intelectual de surgimento da filosofia da mente, através da teoria da identidade mente-cérebro, oriunda do neopositivismo. Mais recentemente, o artigo de Sean Crawford (2022), “*Schlick, Carnap and Feigl on the Mind-Body Problem*”, fez justiça ao pensamento desses filósofos relativamente ao problema mente-corpo, antes e depois de assumirem o positivismo lógico.

No entanto, a hipótese da presente investigação vai além do reconhecimento do pioneirismo dos mentores do positivismo lógico na defesa de uma teoria da identidade mente-cérebro. O que pretendemos afirmar é que a filosofia da mente foi concebida no mesmo contexto de surgimento do Círculo de Viena, de modo que ela nasce e permanece até hoje marcada por um axioma antimetafísico subjacente, qual seja: *com o fim da metafísica, resta apostar em uma solução estritamente científica para o problema da mente*. Desse modo, por mais diversos e antagônicos que tenham sido os posicionamentos adotados ao longo de décadas de discussão – teoria da identidade mente-cérebro, teoria da inexistência da mente, funcionalismo, interacionismo, monismo anômalo, naturalismo biológico, enativismo, eliminativismo, dualismo naturalista etc. –, o debate em filosofia da mente parece estar condicionado por esse axioma.

Nos três primeiros pontos do artigo, propomos uma análise sobre como Schlick, Carnap e Feigl solidificaram a afirmação de que o problema da mente há de ser respondido estritamente pela ciência. Nosso objetivo com essa análise é mostrar que, por detrás das suas perspectivas específicas sobre a teoria da identidade mente-cérebro, existe uma *intenção* (de reduzir o problema da mente à ciência), que lhes é comum. Não

se trata de uma intenção suposta, por inferência ou outra estratégia de interpretação, mas de uma intenção afirmada de maneira explícita sob a forma de um axioma fundamental. No quarto ponto, através de exemplos selecionados, procuramos confirmar a hipótese formulada, mostrando como o axioma neopositivista se tornou uma espécie de verdade indeclinável para o que se denomina *philosophy of mind*.

1. O físico e o psíquico na teoria geral do conhecimento de Moritz Schlick

Começamos por uma análise da obra de Moritz Schlick, filósofo responsável pela coordenação do Círculo de Viena entre os anos de 1924 e 1936. Muitas vezes negligenciado nos livros de filosofia da mente, Schlick teve, na verdade, um papel essencial na formação dessa disciplina, na medida em que ele procurou oferecer uma elucidação filosófica sobre um debate em voga, na ainda incipiente psicologia experimental, entre o paralelismo psicofísico e o interacionismo. A pista que nos conduz ao nome de Schlick encontra-se na obra de dois pensadores que lhe foram próximos, Karl Popper e Herbert Feigl.

No livro *The self and its brain – An argument for interactionism* de Popper e Eccles (1985, p. 54 e 83), os autores mostram como a “teoria da identidade mente-cérebro” resultante da teoria do conhecimento de Moritz Schlick é descrita como um modelo que foi herdado pela teoria de Herbert Feigl. Processos mentais são considerados por Schlick como idênticos a certos processos físicos que ocorrem no cérebro. Não se trata de uma identidade lógica, mas do fato que os objetos descritos pelo fisiologista do cérebro em termos teóricos se revelam empiricamente, em parte, em nossas experiências subjetivas (1985, p. 85). Embora Schlick não tenha dado esse nome à sua teoria, é notável como o seu argumento se tornou a chave para as teorias da identidade mente-cérebro posteriores, que se revelaram mais francamente materialistas (Feigl, 1934; Place, 1956; Smart, 1959). Esse é o ponto que pretendemos expor a seguir.

Na obra de Herbert Feigl (1967), encontramos os subsídios para corroborar essa primeira pista. É importante lembrar que Feigl, assim como Friedrich Wiesmann, por exemplo, foram alunos de Schlick e, posteriormente, membros do Círculo de Viena. Feigl parecia ter maior proximidade com Schlick, pois ele é mencionado pelo mestre em seus agradecimentos no prefácio da segunda edição da *Allgemeine Erkenntnistheorie* (Schlick, 1925, p. X). Ademais, vale consultar a introdução dessa obra na sua versão em

inglês, co-redigida pelo próprio Herbert Feigl e por Albert Blumberg (Schlick, 1974). Feigl e Blumberg não hesitam em reconhecer que “o núcleo da solução de Schlick para o problema mente-cérebro (...) é uma forma do que se chama hoje de ‘teoria da identidade’ ou, mais precisamente, uma teoria da identidade ‘psico-neural’” (1974, p. XX). De acordo com os comentadores (Feigl, Blumberg, 1974, p. XX), a teoria de Schlick é fundamentalmente diferente do behaviorismo lógico e do materialismo radical (no sentido de um fisicalismo “sem mente”), tanto quanto do pampsiquismo. Além disso, de acordo com Feigl e Blumberg (1974, p. XX) Schlick antecipa a perspectiva que se encontra em textos posteriores de Bertrand Russell, inicialmente formulada em *Análise da matéria* (Russell, 1927), reformulada em *Conhecimento humano* (Russell, 1948) e sumarizada no ensaio *Mente e matéria* (Russell, 1956). Isso ajuda a reconhecer a originalidade e o pioneirismo de Schlick em relação à afirmação da identidade mente-cérebro, ponto de partida da filosofia da mente contemporânea. Por fim, é igualmente importante mencionar que, à época de sua *Allgemeine Erkenntnistheorie*, Schlick ainda defendia um realismo que, posteriormente, ele renunciará, em favor da influência positivista de Carnap e Wittgenstein.

Considerando especialmente as indicações de Popper (1985) e Feigl (1967), chegamos ao livro *Allgemeine Erkenntnistheorie* de Schlick, que adquire um sentido especial em nossa análise. O texto situa-se em um contexto decisivo, tanto para a filosofia analítica, quanto para a filosofia da ciência, precisamente pelo fato de antecipar questões que estarão na ordem do dia no positivismo lógico. Ademais, o livro pretende oferecer respostas ao debate oriundo da psicofísica sobre a relação entre mente e cérebro, representando um marco daquilo que será caracterizado, logo em seguida, como filosofia da mente.

É preciso lembrar que Schlick fez a sua formação em física e, inclusive, defendeu a sua tese sob a orientação de Max Planck, dirigindo-se posteriormente à epistemologia e à filosofia da ciência. Schlick estava convencido de que a filosofia não consiste em uma ciência separada das demais disciplinas científicas, mas, ao contrário, ela reside profundamente em todas as ciências, na medida em que os seus princípios são válidos para o universo em sua generalidade. No prefácio da *Allgemeine Erkenntnistheorie*, Schlick afirma que a ciência da natureza não é apenas uma forma de conhecimento entre outras, uma vez que o conhecimento é uno, mesmo para as humanidades (Schlick, 1935, p.VI). Depois de examinar as condições do conhecimento,

assim como do pensamento e da verificação, Schlick propõe, na terceira parte do livro, um exame sobre o *conhecimento da realidade*, capítulo no qual se encontram os parágrafos que, particularmente, interessam à nossa abordagem (§§ 31 a 35). Esses parágrafos dão ao problema da relação mente-cérebro um lugar de centralidade na teoria proposta por Schlick. Com isso, o filósofo deixa a sua marca para todo movimento da filosofia da mente, a qual, desde a sua concepção, se encontra intrinsecamente influenciada pela perspectiva analítica da filosofia da ciência.

A partir de uma reflexão sobre o problema da relação entre o conhecimento quantitativo e o conhecimento qualitativo da consciência, presente na filosofia moderna e, especialmente na psicofísica, oriunda do século XIX, Schlick propõe-lhe uma solução *física* ou *fisiológica*. Essencialmente, o seu argumento defende a “redução da psicologia à fisiologia do cérebro” (1925, p. 288), perspectiva que foi chamada mais tarde, de “teoria da identidade mente-cérebro”. Schlick coloca em jogo três aspectos que, a nosso juízo, traçam os contornos daquilo que hoje constituiu o quadro teórico da teoria da identidade mente-cérebro: (1) a crítica ao modelo metafísico – em especial, a Descartes; (2) a resposta epistemológica, através da física, ao debate entre paralelismo e interacionismo; (3) a recusa do modelo dualista.

Começemos pela crítica à metafísica. No parágrafo §32, intitulado “Físico e Psíquico” (*Physisches und Psychisches*), Schlick assume um posicionamento radical contra o modelo metafísico de abordagem da relação mente-cérebro, problema cuja origem ele atribui a um erro de formulação (*falsche Fragestellung*) de Descartes (1925, p. 264). Esse comentário é um sinal muito importante, pois não é difícil constatar que a filosofia da mente, de um lado, reconheceu retroativamente o papel pioneiro da filosofia de Descartes, como, de outro lado, se converteu em um anti-cartesianismo.³ Para

³ Os manuais ou livros de introdução à filosofia da mente costumam tomar René Descartes (1596-1650) como seu maior precursor (Montero, 2022; Leclerc, 2018; Heil, 2012; Chantal, 2011; Maslin, 2009; Costa, 2005; Churchland, 2004). Exemplo notável desse reconhecimento encontra-se na recente introdução *Philosophy of Mind: A Very Short Introduction*, na qual a filósofa Barbara Gail Montero (2022, p. 8) chega a afirmar que “*While contemporary philosophy is sometimes described as a series of footnotes to Plato, contemporary philosophy of mind might be better described as a footnote to Descartes*” (2022, p. 8). No entanto, o reconhecimento logo se converte em crítica e em renúncia radical ao dualismo metafísico. Um exemplo paradigmático sobre isso encontra-se no livro de Gilbert Ryle, *The Concept of Mind* (2009), publicado em 1949, com a famosa crítica ao “fantasma na máquina” de Descartes (Ryle, 2009, p. 05) e a defesa de uma espécie de “behaviorismo brando” (Montero, 2022, p. 21). Ao longo de décadas, passando por esta crítica de Gilbert Ryle até a afirmação do “erro de Descartes”, popularizado pelo neurologista António Damásio (1994), a crítica ao dualismo cartesiano tornou-se um lugar comum em filosofia da mente. Vemos, agora, como essa crítica, com toda a sua motivação antimetafísica, já se encontra claramente antecipada na obra de Moritz Schlick.

afirmar a possibilidade de descrição do psíquico através da fisiologia, Schlick terá de assumir uma perspectiva realista (muitas vezes pressuposta em filosofia da mente), segundo a qual a expressão “cérebro” e “processo cerebral” significam (1) “a realidade (*das Wirkliche*), aquilo que existe em si, aquilo que não é nada senão os processos experienciados da consciência”, (2) os “conceitos físicos que designam essa realidade” e (3) as “representações intuitivas que nos levam à representação desses conceitos”. (1925, p. 274). Nesse sentido, a recusa ao modelo metafísico é feita *em favor de uma perspectiva científica*. Schlick tinha plena consciência de que o estudo das funções cerebrais estava apenas em seu início, mas “devemos afirmar a possibilidade da sua correlação [com o psíquico], e este postulado deve ser satisfeito se o psíquico for conhecido [*erkannt*], ou seja, designado por conceitos que sejam reduzidos [ao cerebral]”. (1925, p. 275). O que o leva, finalmente, a esse postulado, é a *convicção* de que o ser como um todo [*gesamte Sein*], sem exceção, pode ser cientificamente apresentado com a ajuda da “formação conceitual fisicalista” [*physikalische Begriffsbildung*] (1925, p. 291). Ou seja, é a ciência que terá a última palavra sobre o problema mente-cérebro. Porém, *enquanto ainda não chegamos nesse estágio*, devemos assumir o *postulado* de que o mental pode ser designado por conceitos da fisiologia.

Passemos a uma análise do segundo ponto, sobre o fisicalismo e o paralelismo psicofísico. Ao assumir o postulado antimetafísico, é preciso encontrar na ciência o caminho para elucidação do problema da mente. Ora, é na física que se encontra o modelo científico e a linguagem adequada para a descrição do psíquico. A realidade é chamada de “física” na medida em que é caracterizada pelo sistema conceitual quantitativo espaço-temporal das ciências naturais (1925, p. 269). Nesse sentido, a física não é um tipo especial de realidade, mas uma forma de designá-la, através da formação de conceitos requeridos para um conhecimento da realidade. A aposta na *linguagem da física* é, essencialmente, uma forma de trazer “clareza” e “certeza” à questão, em termos de “física dos processos cerebrais” (1925, p. 263). Na solução construída por Schlick, as variáveis qualitativas no psiquismo podem ser designadas por um modelo quantitativo: a relação dos processos mentais com as relações lógicas consiste, fundamentalmente, em um caso especial da geração de entidades discretas ou contáveis por meio de entidades contínuas.

Não é de se admirar que a famosa metáfora da mente-computador, cara à teoria computacional da mente (especialmente ao cognitivismo e ao funcionalismo), já se

encontra perfeitamente enunciada por Schlick: “Nosso cérebro é comparável a uma máquina de calcular ou à máquina pensante de Jevon. Processos cerebrais contínuos levam a certas fases finais, tal como essas máquinas geram certos números e letras.” (1925, p. 134). Em *paralelo* ao fluxo de consciência, aparecem certos estados discretos que, embora unidos por transições graduais, não se fundem inseparavelmente um ao outro. Nesse argumento fica clara a opção de Schlick pelo paralelismo psicofísico, inclusive como uma base para as suas objeções ao interacionismo, o qual, naquele contexto, encontrava em Bergson (1946), por exemplo, um de seus principais defensores.

Schlick tinha pleno conhecimento dos embates oriundos da psicofísica e da então nascente psicologia experimental. A sua posição sobre o paralelismo pretende afastar-se completamente do debate metafísico (Schlick, 1925, p. 275): não lhe servem mais as explicações metafísicas sobre dois modos paralelos de ser, como em Arnold Geulix; ou sobre os dois atributos de uma mesma substância, como em Baruch Spinoza; ou, ainda, sobre as duas aparências em um mesmo ser, como em Kant. As razões apresentadas por Schlick são, segundo ele mesmo, estritamente epistemológicas: trata-se de um *paralelismo epistemológico* (*ein erkenntnistheoretischer Parallelismus*) entre um sistema conceitual psicológico, de um lado, e um sistema conceitual físico, de outro. Essa concepção é desenvolvida nos §32 a 33 (sobre o “problema psicofísico” e sobre as “objeções ao paralelismo”).

Contra o interacionismo, Schlick formula múltiplos argumentos. De início, não haveria prova científica de que as qualidades “dadas” na consciência em termos físicos seriam diferentes das que não são dadas. Por essa razão, ele considera possível assumir o postulado em sentido contrário, de que é possível descrever todos os eventos em termos físicos. Além disso, também a hipótese psíquica (*psychistische Hypothese*) (1925, p. 291) – traduzida por Blumberg como “hipótese mentalista” (1974, p. 318)⁴ – deve reconhecer o papel exercido pelo cérebro em estados mentais. Para cada evento mental, é necessária uma teoria fisiológica: seria metodologicamente absurdo supor que a mente produz efeitos sobre o cérebro (interacionismo) antes de provar conclusivamente a hipótese fisiológica do paralelismo. Em outras palavras, a defesa epistemológica do paralelismo por Schlick não oferece propriamente uma resposta em

⁴ Expressão que se tornará popular em filosofia da mente.

nível fisiológico ao tema, apenas a *invalidação prévia* do interacionismo e a *expectativa* de que a resposta científica dará finalmente razão ao paralelismo. Qualquer que seja a solução ao problema, *ela deverá ser dada pela ciência*: eis o axioma neopositivista fundamental.

As duas questões que examinamos – a aposta em uma resposta epistemológica ao problema mente-cérebro e a afirmação da hipótese do paralelismo epistemológico – preparam, finalmente, a crítica derradeira de Schlick ao dualismo, no § 35 (1925, p. 298-306). A crítica à metafísica, em especial à Descartes, encontra o seu fundamento na oposição de Schlick ao modelo dualista. Acrescenta-se aqui, ainda, uma nova camada ao argumento. O interacionismo não poderia afastar a tentativa científica de comprovar o paralelismo através da fisiologia e, mais do que isso, o próprio dualismo é *incompatível* com a ciência.

A bifurcação do mundo em físico e psíquico, essência e aparência, um reino da natureza e um reino do psíquico, ou qualquer tipo de antítese que se possa formar, não pode ser defendido, não pode ser justificado em termos científicos. (1925, p. 305).

Ademais, as formas metafísicas monistas do materialismo e do espiritualismo também devem ser rejeitadas. De um lado, “é ingênua, inadequada e filosoficamente errônea a afirmação de que tudo que existe é matéria” (1925, p. 299), pois pressupõe sem crítica um conceito de matéria e uma explicação mecânica que, atualmente, já foi abandonada pelas próprias ciências naturais. De outro lado, o charme do espiritualismo “é mais poético do que científico” (1925, p. 303), pois a afirmação do psíquico na realidade natural sem consciência baseia-se, fundamentalmente, no desejo de conhecer a realidade irreduzível à consciência tal como temos conhecimento da própria consciência.

A análise desses pontos específicos da *Allgemeine Erkenntnistheorie* de Moritz Schlick nos permite colocar em evidência o núcleo do seu posicionamento teórico sobre o problema da relação mente-cérebro. É inegável que os teóricos da identidade mente-cérebro desenvolveram outros argumentos nessa mesma direção, como a “tradutibilidade mútua” (Feigl, 1934); a afirmação do fisicalismo moderno em seu modelo “behaviorista” (Place, 1956); o argumento da “identidade contingencial (empírica)” (Smart, 1959). Entretanto, a importância e o alcance da teoria de Schlick vai muito além da teoria da identidade mente-cérebro. Na base da posição assumida pelo filósofo repousa o axioma fundamental de que a resposta ao problema da mente – qualquer que seja – há de ser científica. Esse axioma constitui o ponto de partida de

todas as discussões posteriores, não apenas no campo da teoria da identidade mente-cérebro, mas da filosofia da mente.

2. O problema da mente no fisicalismo de Rudolf Carnap

Neste caminho de rastreio do axioma neopositivista assumido pela filosofia da mente, encontramos, em especial, a obra de Rudolf Carnap. Figura influente no Círculo de Viena, ao ponto de ser muitas vezes visto como seu principal representante, Carnap tinha como objetivo principal a unificação da ciência e a investigação rigorosa da linguagem e dos fundamentos do conhecimento. Seu trabalho filosófico e lógico teve um impacto significativo tanto no campo da filosofia da ciência quanto na filosofia da linguagem.

A grande obra de Carnap, *Der logische Aufbau der Welt* (1966) é considerada fundamental no âmbito da filosofia contemporânea, tendo definido, em grande medida, a agenda filosófica analítica desde o fim dos anos 1920 até a morte de Carnap em 1970. Ademais, o *Aufbau* foi considerado o texto crucial na formação do programa do neopositivismo, tornando-se uma espécie de “bíblia da nova antifilosofia anunciada pelos positivistas lógicos” (Galison, 1990, p. 709). Trata-se da mais incansável tentativa de Carnap em fornecer uma epistemologia geral do conhecimento empírico. Muitos filósofos foram motivados em suas próprias investigações filosóficas por esta obra, entre eles Hillary Putnam, David Lewis, Nelson Goodman e W. V. Quine (Richardson, 1997, p. 5). Tal obra é o projeto de uma filosofia fisicalista que “pode ser entendido como um projeto para a construção de uma linguagem – a linguagem fisicalista. Esse projeto pressupõe a tese de que uma tal linguagem possibilitará a unificação lógica da ciência” (Cunha, 2018, p. 945).

Ao nos aproximarmos dessa obra, percebemos que o problema da identidade mente-cérebro não possui um interesse central para Carnap, a não ser na medida em que ele precisa dar conta de problemas no interior de seu projeto de uma epistemologia da ciência unificada, o projeto de uma *wissenschaftliche Weltauffassung*. Ou seja, Carnap passa a propor uma solução ao problema da identidade mente-corpo não por considerá-lo fundamental, mas porque não era possível eliminar sumariamente a vivência subjetiva das experiências apenas reconvertendo-as em linguagem fisicalista. Era preciso argumentar em favor de uma compreensão de que a natureza dos estados

mentais e sua relação com os estados físicos poderiam ser explicados em termos de processos físicos (Cirera, 1993). Carnap tenta realizar esse empreendimento teórico no período em que ainda está na Europa, anterior ao êxodo aos EUA, impulsionado pela ascensão do antissemitismo. Depois disso, nunca mais retornou ao problema e passou a tratar somente de questões ligadas à epistemologia. A defesa do fisicalismo e a redução da experiência à linguagem física são apresentadas em três trabalhos dos anos 1930 que avançam na direção de uma discussão sobre a teoria da identidade mente-cérebro: *Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft* (1931), *Psychologie in physikalischer Sprache* (1932) e *Les concepts psychologiques et les concepts physiques sont-ils foncièrement différents?* (1935).

Aquilo que o fisicalismo de Carnap sugere é a possibilidade de estabelecer uma conexão entre os objetos de cada uma das ciências através de uma tradução que os vincule a objetos físicos construídos de maneira lógica em uma linguagem, conhecida como a *linguagem fisicalista* (Carnap, 1995, p. 67):

Para ser uma linguagem para toda a Ciência, a linguagem física precisa ser não apenas intersubjetiva, mas também universal. Segue-se, portanto, considerar se este é o caso, ou seja, se a linguagem física tem a propriedade de que: [1] toda afirmação (verdadeira ou falsa) pode ser traduzida para ela; [2] todo estado de coisas possível (todo estado concebível, ocorrendo ou não) pode ser expresso por ele.

Podemos perceber que a preocupação de Carnap, assim como a do Círculo de Viena, seguia a diretriz apontada por Bertrand Russell muito antes da síntese acima, de que para assegurar o futuro da filosofia era preciso criar uma escola de homens com educação científica (Russell, 1914). Essa diretriz de Russell foi recebida como um apelo direto, como Carnap confidenciou em sua autobiografia (Carnap, 1992, p. 44), motivando-o a produzir sua principal obra, *Der logische Aufbau der Welt* (1966). O projeto do *Aufbau* confiava nas virtudes redutoras da análise lógica da linguagem do método analítico de Russell. Assim, a linguagem logicamente depurada tornava-se, como Richard Rorty (1992) criticamente chamou, um “espelho da natureza”.

O *Aufbau* mostrou-se um projeto inacabado e muito criticado, sobretudo pelas pontas soltas em explicar como o conhecimento do mundo exterior se funda nos dados privados dos sentidos. Ademais, esse ponto foi abandonado logo em seguida por Carnap em favor do fisicalismo, de acordo com o qual o conhecimento não é dado pelos sentidos, mas pelos objetos materiais da realidade exterior. Não obstante, Carnap sempre manteve a diretriz analítica de redução da experiência a termos empíricos, de tal

modo que não haveria nenhuma distinção relevante entre as ciências físicas, biológicas, sociais e psicológicas. Ainda que a terminologia dessas ciências seja diversa, é “claro que toda determinação que surge pode ser reduzida a determinações físicas” (Carnap, 1995, p. 67).

Entretanto, para operar a transformação dos termos “mentalistas” em linguagem fisicalista, é inevitável tratar sobre como lidamos com as vivências, isto é, o problema das origens subjetivas. Carnap tenta, então, mostrar como a ciência se apresenta fragmentada, sobretudo por terminologias não intercambiáveis como aquelas das ciências da cultura. Porém, argumenta ele, mesmo a sociologia e a história se valem de observações físicas; logo, a linguagem dessas ciências poderia ser reescrita em termos físicos (1931, p. 434). Nesse sentido, os conhecimentos que estiverem desvinculados da experiência podem ser descartados. Os enunciados metafísicos apresentam-se enganosamente como portadores de conteúdo cognitivo, como se afirmassem algo sobre o mundo, pretendendo alcançar *status* científico (1931, p. 441-8). Para Carnap, o conhecimento autêntico, em sua essência, emerge somente da ciência empírica, das partes da linguagem que tangenciam a experiência intersubjetiva, ou residem no reino da lógica, por isso a linguagem fisicalista seria universal (1931, p. 449-53).

Também a linguagem da psicologia poderia ser traduzida em linguagem física porque todas as sentenças com sentido, válidas, na psicologia, acabam por descrever eventos de âmbito físico, isto é, eventos comportamentais (Carnap, 1932, p. 107 e 124-9). Uma tal afirmação causa consternação se consideramos a experiência comum que cada um tem dos fenômenos privativos da consciência, porque não encontramos um modo de converter em linguagem física tais vivências. É evidente a “lacuna explanatória” (*explanatory gap*), como mais tarde afirmou Levine (1983), entre o tipo de experiência das vivências privativas e aquelas experiências partilhadas publicamente que, com algum esforço, compreendem o campo da linguagem fisicalista.

Lembremos que a intenção de Carnap não é resolver essa lacuna explanatória, mas dar um caráter de robustez científica às afirmações das ciências, inclusive da psicologia. Diante dessa limitação explanatória, Carnap argumenta que o procedimento metodológico de redução da linguagem científica à linguagem fisicalista não tem a pretensão de fornecer uma ciência psicológica completa (Carnap, 1932; 1934). Este procedimento tem por objetivo *evitar* que as ciências, como a psicologia, contenham pseudoconceitos oriundos de contaminações metafísicas (Carnap, 1934, p. 72-3). Não

haveria, então, diferença alguma entre os conceitos válidos, com sentido, da psicologia e os da física, porque tudo o que em psicologia for afirmado com a intenção de ser uma asserção científica, poderá também ser descrito em linguagem fisicalista em termos de linguagem comportamental (Carnap, 1935). Outrossim, o filósofo sugere que as proposições psicológicas sejam reduzidas a uma série de afirmações físicas, as quais descreveriam meticulosamente os estados corpóreos (Carnap, 1932).

Porém, a questão da lacuna explanatória entre as vivências privativas – o que é próprio do mental – e os objetos que podem ser tomados de modo fisicalista segue sendo um problema em filosofia da mente. Assim, a perspectiva inaugurada por Schlick sobre o mental e o físico ganha um novo capítulo com Carnap em sua tentativa de reduzir o mental ao comportamento observável, de tal modo que o “problema do mental” é transformado em algo, meramente, da ordem dos equívocos de linguagem que, algum dia, *será solucionado pela ciência*.

Com o sucesso da posição de Carnap nos anos 1930 – principalmente por salientar que o seu interesse não é resolver o problema, mas dar caráter de cientificidade para as asserções científicas em geral em prol de uma unificação das ciências –, produz-se um *efeito ilusório de solução*. Qual seja, de que a formulação do problema mente-cérebro estaria equivocada. E estaria equivocada não porque ele deva ser pensado em outros termos, mas sim porque *tudo o que há para saber sobre os fenômenos mentais estaria na ciência fisicalista*. Ou seja, seguindo o modelo de Carnap, a lacuna explanatória seria mera impressão de uma lacuna, a qual se deve apenas a uma convicção injustificada e “intuitiva” de que o dualismo é verdadeiro.

A questão para o fisicalista é como devemos explicar essa “intuição” equívoca de dualismo e como podemos lidar com ela cientificamente. Relatos de dor, por exemplo, teriam de ser convertidos em linguagem fisicalista, como a identidade da dor com certo conjunto complexo de respostas do sistema nervoso. Este conjunto complexo de respostas do sistema nervoso seria, em última instância, causado por danos corporais. Esse conjunto de respostas nervosas é a origem de um comportamento de evitação, o que explicaria as características observadas em quem sente dor. Desse modo, não haveria para Carnap uma lacuna explicativa propriamente, pois a causa da “intuição” dualista seria de ordem empírica (cultura, hábito etc.), não podendo de ser respondida senão por meios empíricos. A mensagem filosófica que resulta dessa argumentação é que *isso é tudo o que há para explicar*, já que a lacuna explicativa em si não existe. Eis

o modo peculiar como Carnap afirma o axioma neopositivista de que todos os problemas outrora tratados pela metafísica (como o problema da mente) deverão ser respondidos pelas ciências naturais.

3. A teoria da identidade mente-cérebro em Herbert Feigl

As análises anteriores colocaram em evidência a teoria geral do conhecimento de Schlick e a teoria fisicalista de Carnap, especialmente em suas concepções sobre a mente. Embora Schlick e Carnap tenham problematizado a relação entre mente e cérebro, seria extremamente persuasivo se encontrássemos, no próprio movimento do positivismo lógico, a afirmação daquilo que viria a ser denominado, anos depois, “filosofia da mente”. A obra de Herbert Feigl cumpre essa função e permite completar a nossa análise acerca do neopositivismo.

Como afirmarmos anteriormente, Feigl foi aluno de Schlick e teve grande importância, reconhecida pelo mestre, na revisão da segunda edição da *Allgemeine Erkenntnistheorie* (1925). Além disso, como vimos, a tradução do livro para o inglês (1974) conta com uma introdução em coautoria, escrita por Hebert Feigl e o tradutor, Albert Blumberg. Essa contribuição, depois de décadas, mostra, de modo muito claro, como eles permaneceram ligados aos ensinamentos do mestre. Blumberg e Feigl levam consigo, para os Estados Unidos, a influência duradoura do ambiente do Círculo de Viena.

Quando voltamos às origens e ao auge do neopositivismo, no início dos anos 1930, descobrimos um artigo assinado Blumberg e Feigl (1931), *Logical Positivism*, sobre os vários resultados e tendências do positivismo lógico. É esta a primeira referência que escolhemos para avaliar a construção teórica de Feigl. Nesse artigo, o positivismo lógico é apresentado pelos autores como resultante de uma convergência entre a tradição empírico-positiva e a tradição lógica, cujo impacto estaria à altura dos grandes momentos da história da filosofia. Opondo-se à filosofia kantiana, o positivismo lógico nega a existência das proposições sintéticas *a priori*, retendo, desse modo, o princípio fundamental do empirismo, ao qual procura aliar uma teoria geral do conhecimento, sem negligenciar os fatores lógico e empírico (1931, p. 282). O positivismo lógico uniria, portanto, o novo *insight* sobre a natureza da lógica pura, a partir de Frege, Russell, Whitehead e Wittgenstein (1931, p. 282-285) com a remoção

da ambiguidade sobre o conhecimento, a partir de Schlick, Russell e Wittgenstein (1931, p. 285-288). A tarefa do positivismo lógico, entendida como clarificação das proposições, levaria ao abandono, tanto do transcendentalismo, quanto do fenomenalismo, como resultado da eliminação de pseudo-proposições.

As bases da filosofia da mente são lançadas nessa atmosfera positivista, reforçada pela filosofia lógico-analítica, na qual o debate sobre a metafísica, mas também sobre a filosofia moderna, por exemplo, entre o realismo e o idealismo, é categoricamente abandonado. Porém, o abandono desse debate há de cobrar o seu preço, pois a teoria da verificação e da proposição exige *um lugar* para a enunciação. Ou seja, há uma espécie de realismo a ser assumido pelo positivista lógico, nas bases de sua linguagem fisicalista. Entretanto, ainda assim, não se consegue explicitar o que vem a ser a mente em sua dimensão subjetiva. É por isso que o problema da mente (psique) se torna um verdadeiro incômodo teórico para os positivistas. Como seria possível tratá-la de forma objetiva? A psicologia experimental vinha sofrendo há décadas para demonstrar a legitimidade de algo como o método da introspecção. Uma opção é construir uma teoria sobre a mente que postule a sua identidade com a fisiologia do cérebro. Essa foi a escolha feita por Schlick, em sua defesa do paralelismo psicofísico. Outra opção é simplesmente negar que tenhamos de falar sobre a mente, bastando-nos falar de comportamento: eis a opção behaviorista, da qual se aproximou o fisicalismo de Carnap. Em diálogo direto com essas concepções, encontra-se a teoria da identidade mente-cérebro de Feigl.

No artigo *Logical Analysis of the Psychophysical Problem: A Contribution of the New Positivism* (1934), resultado de uma conferência realizada em setembro de 1933, Feigl propõe uma solução ao “emaranhado cartesiano” (*Cartesian tangle*), através de uma análise lógica “ametafísica” de conceitos fundamentais. A tese de Feigl é enunciada assim: “a estrita identidade da vida ‘mental’ com certos processos do mundo ‘físico’ não é uma matéria de crença, mas uma verdade passível de demonstração lógica”. (1934, p. 420). A solução deve ser encontrada na própria linguagem. Do ponto de vista lógico, a realidade física é uma construção, de maneira que a linguagem dos dados é capaz de expressar tudo. Assim sendo, as situações físicas referidas pelo psicólogo (processos orgânicos, estímulos ambientais) podem ser retraduzidas em linguagem da experiência, de modo que a diferença entre a psicologia e a física desapareça (1934, p. 433). Nesse mesmo artigo, o fisicalismo nomeado por Feigl como

sinônimo de “behaviorismo” se transforma em um “programa científico” (1934, p. 435). A mútua tradutibilidade entre o psíquico e o fisiológico resolveria o problema da psicologia introspectiva, pois tornaria possível expressá-la em linguagem de dados e, portanto, submetê-la à linguagem física. Esse é, basicamente, o significado da “perspectiva da dupla linguagem”. Essa hipótese é lançada quando o Círculo de Viena ainda estava em pleno vapor e o título do artigo não deixa dúvida: Feigl considerava a sua própria teoria como uma contribuição do “novo positivismo”.

Anos depois, mesmo quando a teoria da inexistência da mente⁵ já alcançava um grande sucesso, Herbert Feigl seguiu defendendo a teoria da identidade mente-cérebro, embora com uma reformulação decisiva. Em 1958, ele publica o ensaio *The “mental” and the “physical”* (Feigl, 1967). A partir de uma análise robusta sobre a pesquisa em epistemologia e em psicologia, sobre paralelismo e interacionismo, Feigl procura eliminar as hipóteses sobre a mente que ele considera cientificamente contraditórias, com o objetivo de dar sustentação teórica à tese da identidade em termos fisiológicos: os estados da experiência direta de seres humanos (e aqueles que atribuímos com confiança a certos animais) são idênticos a certos aspectos dos processos neurais nesses organismos (1967, p. 79). A tese da identidade parece ganhar um novo estofamento com esse ensaio. Não se trata apenas da identidade entre duas linguagens traduzíveis entre si, mas de uma identidade a ser *comprovada empiricamente*: “O caráter empírico da identificação repousa sobre as equivalências extensivas, ou implicações extensivas, as quais valem entre declarações comportamentais e neurofisiológicas” (1967, p. 81).

O monismo tal como Feigl o sustenta seria “bastante plausível” em seus fundamentos científicos e é “filosoficamente defensável”, sem envolver insuperáveis contradições e paradoxos. Fazendo um claro movimento na direção da neurofisiologia, Feigl elenca um conjunto de problemas que haveriam de encontrar resposta na pesquisa científica (1967, p. 112-115), como a localização cerebral, espaço físico, traços de memória, presente especioso, recordação de fatos passados, problema da qualidade, problema da totalidade, a contribuição neurofisiológica sobre a personalidade e a neurofisiologia de processos inconscientes. Há, nesse sentido, todo um caminho em aberto, *a ser percorrido através da ciência*.

⁵ Por exemplo, *The concept of mind*, de Ryle (2009) e *Empiricism and The Philosophy of Mind*, de Sellars (1997).

A transformação que podemos notar na teoria da identidade mente-cérebro de Feigl decorre, na verdade, de uma maior exploração da neurofisiologia. Entretanto, apesar da mudança ênfase em sua análise e de seus argumentos neurofisiológicos, ele permaneceu fiel ao axioma positivista de que a ciência dará a última resposta ao problema da mente: “Apenas o desenvolvimento futuro da psicofisiologia decidirá se essas suposições são sustentáveis” (1967, p. 115). Muito mais fundamental e indeclinável do que a sua teoria da identidade mente-cérebro é a crença de que qualquer debate teórico sobre a relação mente-cérebro tem sobre si a pendência da demonstração científica. Boa parte das questões de filosofia da mente seria constituída, portanto, de *problemas teóricos provisórios*, que um dia haveriam de receber uma resposta definitiva através da ciência.

4. Concordando para discordar: a mente como questão neurocientífica

Embora Schlick, Carnap e Feigl tenham direcionado seus esforços para a resolução do problema da identidade mente-corpo através de uma análise linguística ou conceitual dos estados mentais e sua relação intrínseca com os estados físicos, viram-se, entretanto, incapazes de proporcionar uma resposta que se mostrasse verdadeiramente satisfatória. Ademais, ao concentrarem-se primordialmente nas sensações e na consciência sensorial, ou nos denominados “sentimentos brutos”, eles não lograram abordar integralmente a intrínseca complexidade dos fenômenos mentais nem a natureza inerentemente subjetiva da consciência.

A teoria da identidade mente-cérebro nasce em solo neopositivista a partir da indagação sobre como a mente, compreendida como a vivência subjetiva e consciente, pode ser explicada a partir da atividade cerebral, esta última caracterizada por ser um processo tangível e físico. A complexidade do tema ascende a patamares ainda mais elevados quando nos deparamos com a observância de que a atividade cerebral pode ser objeto de análise minuciosa em nível neuronal, em contraste com a experiência subjetiva da mente, que se revela singular e indivisível em sua essência.

Desde os primórdios da reflexão filosófica, a problemática em tela tem sido abordada sob múltiplas óticas. Enquanto correntes filosóficas desdobram-se em defesa da separação entre mente e cérebro, conferindo-lhes distintividade ontológica, outras correntes postulam, por exemplo, que a mente emerge a partir da intrínseca atividade

cerebral, lançando-nos numa encruzilhada interpretativa complexa. Porém, é nítida a mudança de programa de pesquisa, a partir do início do séc. XX, sobre a relação entre mente e cérebro, e isto não somente pela troca do termo “corpo” para o de “cérebro”, mas pela maneira de conceber o que é verdadeiramente o problema. Não se trata mais de uma questão metafísica e, sim, de um problema que tem de ser respondido dentro de algum tipo de materialismo ou naturalismo compatível com o modelo das ciências positivas, bem entendido, em um novo cenário interdisciplinar, que ganha um peso ainda maior a partir dos anos 1940, envolvendo a neurofisiologia, a cibernética, a linguística e a teoria computacional.

O fato de que a teoria da identidade mente-cérebro tenha sido criticada posteriormente por defensores de novas teorias, que foram se sucedendo umas às outras, não significa que o axioma positivista fundamental – *o problema da mente haverá de ser respondido estritamente pela ciência* – tenha sido rejeitado ou superado. Ao contrário, as disputas teóricas que fizeram variar os modelos de naturalismo e materialismo, envolvendo, por exemplo, a teoria causal, a teoria da superveniência ou o emergentismo, na verdade, acontecem sobre um solo comum, sem jamais renunciar ao axioma mencionado. Propomos oferecer alguns exemplos, nos limites deste artigo, que confirmam essa hipótese. Não se trata de analisar pormenorizadamente a obra de cada um dos autores que citaremos, mas de observar como as múltiplas variações teóricas conservam, no entanto, o axioma positivista ao qual aludimos e que procuramos reconstruir a partir das obras de Schlick, Carnap e Feigl.

Um primeiro exemplo, marcante, pode ser encontrado na obra de Hilary Putnam. Com o objetivo de desenvolver uma descrição mais abstrata dos processos mentais humanos, o que permitiria aproximá-los do papel dos símbolos na programação, Putnam concebe o *funcionalismo dos estados de máquina* (ainda que, depois de algum tempo, o tenha revisado consideravelmente). O filósofo articula engenhosamente um novo dualismo, entre estados lógicos (mentais) e estruturais (físicos), o qual, no entanto, resulta apenas em uma variação do materialismo. Isso fica magnificamente claro no artigo, de 1969, “*Logical positivism and the philosophy of mind*” (Putnam, 2003). É de se esperar que ele faça críticas a Carnap e Feigl nesse artigo, em nome de uma “teoria materialista moderna do estado mental”: ou seja, a teoria do estado funcional, oriunda da cibernética (2003, p. 450). O alvo de Putnam é o verificacionismo e as versões positivistas do materialismo, embora ele continue a afirmar que “o materialismo como

uma tendência na filosofia da mente seja sustentável” (2003, p. 442). Por certo, o materialismo do qual fala Putnam toma certa distância do modelo teórico positivista em sua interpretação acerca da ciência e da linguagem, mas isso não significa que ele se distancie do “espírito” positivista. A última frase do artigo não deixa qualquer dúvida: “A ciência não necessita de interpretação positivista; mas, no espírito do melhor trabalho positivista, necessita muito de uma análise de seus métodos”. (2003, p. 451).

Outro exemplo advém da obra de John Searle, precisamente, um dos principais críticos ao modelo cognitivista e funcionalista. No livro *The rediscovery of the mind*, ao propor uma análise sobre “o que há de errado com a filosofia da mente”, Searle (1994, p. 02-03) procura mostrar que tanto o monismo como o dualismo são falsos, em seu vocabulário e em suas assunções. Seu principal argumento é, justamente, que a maioria dos grandes autores está comprometida com o vocabulário e as categorias tradicionais. “Eles realmente acham que há algum significado mais ou menos claro associado ao vocabulário arcaico do ‘dualismo’, ‘monismo’, ‘materialismo’, ‘físicalismo’, etc.” (1994, p. 04). Fazendo uma revisão crítica da filosofia da mente e dos múltiplos sentidos do materialismo, Searle afirma: “A ânsia de ficar com as categorias tradicionais produzem alguma terminologia estranha, como ‘dualismo de propriedade’, ‘monismo anômalo’, ‘identidade simbólica’” (1994, p. 15). Diante de uma tal consideração crítica, Searle dá esperanças ao leitor sobre uma possível resposta à filosofia da mente como um todo. No entanto, desde o primeiro parágrafo do livro, é muito claro o seu posicionamento teórico. A solução para o problema mente-corpo é “simples”: Os fenômenos mentais “são causados por processos neurofisiológicos no cérebro e são eles próprios características do cérebro. Para distinguir esta visão das muitas outras na área, eu chamo isso de ‘naturalismo biológico’” (p. 01). O livro de Searle gira em torno do universo de questões sobre a consciência e a intencionalidade, mas o seu ponto de partida, a afirmação do *naturalismo biológico*, resta intocado. Ou seja, Searle oferece uma grande crítica ao funcionalismo e à sua concepção de que o cérebro é um processador de informações, através do que ele chama de “crítica da razão cognitiva”, mas, no final das contas, a sua teoria situa todo o problema da mente no campo biológico.

O terceiro exemplo que apresentamos é o do eliminativismo, ou *materialismo eliminativista*, defendido pela filósofa Patricia Churchland (1986), no livro *Neurophilosophy – Toward a Unified Science of the Mind/Brain*. No arco de

possibilidades teóricas da filosofia da mente, o eliminativismo se situa de forma paradigmática entre as perspectivas mais radicais de solução ao problema da mente, por meio da neurobiologia. Na perspectiva teórica de Patricia Churchland (1986, p. 07 e 295), a investigação sobre a mente deve proporcionar uma “redução interteórica”, ou seja, uma redução *entre teorias*, cujo efeito mais importante seria, em termos ampliados, a redução do domínio da psicologia à teoria neurobiológica. Esse gesto teria por consequência eliminar as descrições e observações da “psicologia popular” (*folk psychology*), as quais se mostrariam não apenas insuficientes, mas inadequadas para explicar a mente (1986, p. 395-399). A psicologia popular consistiria “no conjunto tosco de conceitos, generalizações e regras práticas que todos usamos normalmente ao explicar e prever o comportamento humano”. (1986, p. 299). Ou seja, trata-se do conhecimento psicológico com o qual, através do senso comum, se pretende explicar o comportamento como resultado de crenças, desejos, percepções, expectativas, objetivos, sensações e assim por diante. Como esse conhecimento possui inúmeras lacunas e impropriedades, a neurofilosofia deve eliminar por completo o seu respectivo modelo explicativo e desenvolver unicamente, *em seu lugar*, as bases para a uma teoria neurobiológica da mente. Um segundo aspecto do eliminativismo seria a “unificação explanatória”, cuja vantagem seria a de melhorar a nossa compreensão sobre fenômenos explicando uma teoria por outra. (1986, p. 279). Se compararmos esse modelo de materialismo ao que foi proposto pelos filósofos do positivismo lógico, sobressai uma diferença: os positivistas lógicos pareciam mais dispostos a defender um modelo comportamental de psicologia. Não obstante, chama atenção como a busca de Churchland por uma “unificação explanatória” se parece, ao menos em sua intenção teórica, com o fisicalismo de Carnap: busca-se por uma linguagem científica que teria a propriedade de unificar os achados sobre a mente, uma espécie de garantia de validade de suas explicações. Ademais, a própria ideia de uma “redução” da psicologia à fisiologia já se encontra em Schlick, como mencionamos. Nesse sentido, o eliminativismo de Churchland, entre todos os modelos materialistas da filosofia da mente, talvez seja aquele que mais explicitamente se aproxime do axioma positivista: o problema da mente deve ser respondido unicamente pelas ciências naturais, mais especificamente, pela neurobiologia.

Por fim, vamos apresentar dois exemplos que se situam no lado oposto do debate em filosofia da mente. Embora minoritário, o dualismo ainda é solidamente defendido

por muitos autores. O já citado livro *The self and its brain. An argument for interactionism* (Popper; Eccles, 1985) faz uma importante defesa do interacionismo, quando este modelo já estava praticamente esquecido. O livro transformou-se em um marco para a filosofia da mente, pois apresentou uma interessante matriz classificatória para os diversos modelos teóricos materialistas – fisicalismo, materialismo radical, pampsiquismo e epifenomenalismo (1985, p. 51-75). A primeira parte do livro, voltada para a filosofia da mente, foi escrita por Popper, enquanto a segunda, baseada na neurologia, o foi por Eccles: ambos os autores parecem convergir quanto à defesa de um interacionismo como programa de investigação (1985, p. 37), o qual é explicitado cientificamente, ao final, através da física (segundo o argumento da indeterminação quântica).

Vejamos ainda um modelo ainda mais importante, na atualidade, para a defesa do dualismo. Trata-se do dualismo naturalista de David Chalmers (1996), apresentado no livro *The Conscious Mind – In Search of a Fundamental Theory*. Chalmers procura mostrar que o grande problema do estudo científico da consciência é que ele requer métodos de investigação de dados qualitativos, ou *qualia*: essa é a parte difícil do problema mente-corpo (1996, p. 04) e que explicaria a falha de modelos reducionistas (1996, p. 107). No entanto, este dualismo não nos leva, segundo Chalmers, ao mesmo tipo de dualismo que se encontra em Descartes, pois não haveria um domínio da substância mental, em separado, que exerceria sua própria influência sobre os processos físicos. De acordo com a sua perspectiva, é plenamente plausível que a consciência sobrevenha naturalmente ao físico, no sentido de uma *superveniência natural* – que não seria uma superveniência lógica (1996, p. 124-125). Poderíamos pensar que estamos muito distantes do neopositivismo com o modelo interacionista de Popper-Eccles e o dualismo naturalista de Chalmers. De fato, há inúmeras e evidentes diferenças. Não obstante – e esse é o ponto no qual insistimos –, até mesmo esses modelos são concebidos a partir do axioma de que a ciência haverá de nos trazer a resposta definitiva sobre o problema. Quando estes autores defendem um dualismo, de modo algum se coloca em dúvida o fato que a explicação teórica para a consciência, mesmo que seja crítica a diversos modelos de materialismo, tenha de se encontrar no campo da física. Por isso, qualquer modelo de dualismo que suponha alguma categoria pendente de suspeita metafísica – cujo representante maior seria Descartes – estaria, naturalmente, superado.

Em todas as teorias mencionadas – funcionalismo, naturalismo biológico, materialismo eliminativista, interacionismo e dualismo naturalista – aceita-se e afirma-se o axioma, mais ou menos explícito, segundo o qual a questão da mente haverá de ser resolvida pelo modelo neurofisiológico.

Considerações finais

A partir do percurso realizado nos três primeiros pontos, procuramos mostrar em que sentido as teorias de Schlick, Carnap e Feigl (as quais deram impulso à filosofia da mente), repousam em um movimento mais profundo de recusa da metafísica, realizado pelo positivismo lógico, com o qual se defendeu o deslocamento da discussão sobre a mente exclusivamente para o campo epistemológico da ciência.

Embora a maioria dos manuais e introduções à filosofia da mente descuidem da importância desses autores, suas propostas epistemológicas e de teoria da ciência lançaram mão de estratégias que, longe de serem meros apêndices, se tornaram o núcleo dos problemas da filosofia da mente como feita até nossos dias. Procuramos mostrar como o axioma neopositivista sobre a necessidade de uma resposta científica ao problema da mente, estabelecido pelo Círculo de Viena, a despeito de o positivismo lógico estar desacreditado contemporaneamente, é ainda fundamental para esse campo de investigação.

É importante frisar que a efetiva relevância destes autores não se deu unicamente por terem sido como uma espécie de catalizador que propiciou o nascimento de um campo novo na filosofia, mas, principalmente, porque eles tiveram um incrível êxito em transmitir o axioma fundamental do positivismo lógico para a filosofia da mente. Tal axioma é comum às mais diversas respostas, às teorias e posicionamentos os mais antagônicos. Ademais, é este mesmo axioma o que distancia a filosofia da mente (*philosophy of mind*) do tratamento dado pela tradição metafísica às questões da alma, da psique e da subjetividade, considerados como meros precursores – superados – no debate.

A fim de confirmar essa hipótese, no quarto ponto, por razões de delimitação, a nossa estratégia argumentativa foi a de procurar exemplos entre os filósofos mais representativos da filosofia da mente, a fim de mostrar que, por mais antagônicas que sejam as suas posições, eles não divergem quanto à aceitação do axioma antimetafísico.

Nesse sentido, compartilham desse axioma: o funcionalismo de Putnam, o naturalismo biológico de Searle, o eliminativismo de Churchland, o interacionismo de Popper/Eccles e o dualismo naturalista de Chalmers.

Os exemplos podem ser multiplicados: o monismo anômalo de Davidson (2001), o naturalismo linguístico-comportamental de Quine (1975), a neurofenomenologia de Varela (1999). Mesmo o interacionismo de Charles Taylor (1967), a defesa da privacidade dos eventos mentais por Rorty (1965) e a crítica ao fisicalismo de Nagel (1965, 1974), que divergiram explicitamente da teoria da identidade mente-cérebro, construíram uma resposta teórica cuja legitimidade se coloca *à espera de um possível endosso científico*. Por fim, nada impede que um autor contemporâneo se oponha ao axioma afirmado pelo neopositivismo – no entanto, é muito provável que ele seja considerado, no campo da filosofia da mente, como um verdadeiro *outsider*.

Referências

BERGSON, Henri. Le cerveau et la pensée : une illusion philosophique. In: *L'Énergie spirituelle – Essais e Conférences*. Paris: P.U.F., 1946, p. 191-210.

BLUMBERG, Albert; FEIGL, Herbert. Logical Positivism. *The Journal of Philosophy*, vol. 28, nº 11, 1931, p. 281-296.

CARNAP, Rudolf. *Autobiografia intelectual*. Barcelona: Paidós, 1992 [1963].

CARNAP, Rudolf. *Der logische Aufbau der Welt*. 3ª ed. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1966 [1928].

CARNAP, Rudolf. Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft. *Erkenntnis*, v. 2, 1931, p. 432-465.

CARNAP, Rudolf. Les concepts psychologiques et les concepts physiques sont-ils foncitrement diffkrents? trans. Robert Bouvier, *Revue de Synthèse*, 1935, v. 10, p. 43-53.

CARNAP, Rudolf. Psychologie in physikalifcher Sprache. *Erkenntnis*, v. 3, 1932, p. 107-142.

CARNAP, Rudolf. Psychology in Physical Language. In: AYER, A. J. (Org.). *Logical Positivism*. Westport: Greenwood, 1959, p. 39-44.

CARNAP, Rudolf. *The Unity of Science*. Transl. M. Black. Bristol: Thoemmes, 1995 [1934].

CHALMERS, David. *The Conscious Mind – In Search of a Fundamental Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

CHANTAL, Jaquet. *A unidade do corpo e da mente: afetos, emoções e paixões em Espinosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHURCHLAND, Patricia Smith. *Neurophilosophy – Toward a Unified Science of the Mind/Brain*. Cambridge: MIT Press, 1986.

CHURCHLAND, Paul M. *Matéria e consciência: Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo, SP: UNESP, 2004.

CIRERA, Ramón. Carnap's Philosophy of Mind. *Studies in History and Philosophy of Science*, v. 24, n. 3, 1993, pp. 351-358.

COSTA, Claudio Ferreira. *Filosofia da mente*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

CRAWFORD, Sean. "Schlick, Carnap, and Feigl on the mind-body problem". UEBEL, Thomas; LIMBECK-LILIENAU, Christoph. (Org.). *The Routledge Handbook of Logical Empiricism*. Londres: Routledge, 2022, p. 238-247.

CUNHA, Ivan Ferreira. Círculo de Viena: fisicalismo e a utopia da ciência unificada. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 32, n. 66, 2018, p. 943-963.

DAMÁSIO, António. *Descartes' error. Emotion, Reason, and the Human Brain*. New York: Avon Books, 1994.

DAVIDSON, Donald. "Mental events (1970)". *Essays on actions and events*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 245-260.

FEIGL, Herbert. Logical Analysis of the Psychophysical Problem: A Contribution of the New Positivism. *Philosophy of Science*, v. 1, n. 4, 1934, p. 420-445.

FEIGL, Herbert. *The "mental" and the "physical". The essay and a postscript*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1967 [1958].

FEIGL, Herbert; BLUMBERG, Albert. Introduction. In: SCHLICK, Moritz. *General Theory of Knowledge*. Trad. Albert Blumberg. New York: Springer, 1974.

GALISON, Peter. Aufbau/Bauhaus: Logical Positivism and Architectural Modernism. *Critical Inquiry*, v. 16, n. 4, 1990, p. 709-752.

HEIL, John. *Philosophy of Mind: A Contemporary Introduction*. 3ª ed. New York: Routledge, 2012.

LECLERC, André. *Uma introdução à filosofia da mente*. Curitiba: Appris, 2018.

LEVINE, Joseph. "Materialism and Qualia: The explanatory gap". *Pacific Philosophical Quarterly*, vol. 64, 1983, p. 354-361.

MASLIN, Keith T. *Introdução à filosofia da mente*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MONTERO, Barbara Gail. *Philosophy of Mind: A Very Short Introduction*. Oxford: OUP, 2022.

NAGEL, Thomas. "Physicalism". *The Philosophical Review*, vol. 74, nº 3, 1965, p. 339-356.

NAGEL, Thomas. "What is it like to be a bat?". *The Philosophical Review*, vol. 83, nº 4, 1974, p. 435-450.

PLACE, Ullin Thomas. "Is Consciousness a Brain Process?" *British Journal of Psychology*, v.47, n. 1, 1956, p. 44-50.

POPPER, Karl; ECCLES, John. *The self and its brain. An argument for interactionism*. 2ª ed. New York: Springer, 1985.

PUTNAM, Hilary. "Logical positivism and the philosophy of mind (1969)". In: *Philosophical Papers*. Vol. 2 – Mind, Language and Reality. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 441-451.

QUINE, Willard Van Orman. (1975). "Mind and verbal dispositions". GUTTENPLAN, Samuel. (ed.) *Mind and Language*. Oxford: Oxford University Press, 1975, pp. 83–95.

RICHARDSON, Alan W. *Carnap's Construction of the World: The Aufbau and the emergence of logical empiricism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RORTY, Richard. "Mind-Body Identity, Privacy, and Categories". *The Review of Metaphysics*, vol. 19, nº 1, 1965, p. 24-54.

RORTY, Richard. *Philosophy & The Mirror of Nature*. New Jersey: Princeton University Press.

RUSSELL, Bertrand. *Human knowledge. Its scope and limits*. Londres: George Allen & Unwin, 1948.

RUSSELL, Bertrand. *Our Knowledge of the External World as a Field for Scientific Method in Philosophy*. London: George Allen & Unwin, 1914.

RUSSELL, Bertrand. Mind and Matter. In: *Portraits from memory: and other essays*. New York: Simon & Schuster, 1956, p. 145-165.

RUSSELL, Bertrand. *The analysis of matter*. New York: Harcourt, Brace & Company, 1927.

RYLE, Gilbert. *The concept of mind*. 60th Anniversary ed. New York: Routledge, 2009 [1949].

- SCHLICK, Moritz. *Allgemeine Erkenntnistheorie*. 2^a ed. Berlin: Springer, 1925 [1918].
- SCHLICK, Moritz. *General Theory of Knowledge*. Trad. Albert Blumberg. New York: Springer, 1974.
- SEARLE, John. *The rediscovery of the mind*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and The Philosophy of Mind*. Cambridge: Harvard University Press, 1997 [1956].
- SMART, John Jamieson Carswell. Sensations and Brain Processes. *The Philosophical Review*, v. 68, nº 2, 1959, p. 141-156.
- TAYLOR, Charles. “Mind-Body Identity, A Side Issue?” *The Philosophical Review*, vol. 76, nº 2, 1967, pp. 201-213.
- TEIXERA, João Fernandes. *Mente, Cérebro & Cognição*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VARELA, Francisco. “The Specious Present: A Neurophenomenology of Time Consciousness”. In: PETITOT, J.; VARELA, F.; PACHOUD, B.; ROY, J.-M. (Org.). *Naturalizing phenomenology – Issues in contemporary phenomenology and cognitive science*. Stanford: Stanford University Press, p. 266-314, 1999.
-

Recebido em: 07/04/2025

Aprovado em: 02/09/2025